

TCE alerta sobre risco de Bauru não cumprir Lei de Responsabilidade Fiscal

Entre outros problemas, segundo o órgão, prefeitura deixou de aplicar 25% em Educação e 15% na Saúde no início do ano

TISA MORAES

Bauru está entre os municípios paulistas que receberam alertas do Tribunal de Contas do Estado (TCE) por apresentarem indícios de comprometimento da gestão orçamentária ou arrecadação abaixo do previsto, o que representa risco de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O relatório divulgado pelo órgão incluiu a análise de dados de receitas e despesas do primeiro bimestre de 2022.

Das 644 prefeituras paulistas fiscalizadas, 549 delas – o que corresponde a 85% do total – apresentaram um quadro que indica comprometimento na gestão orçamentária. “A arrecadação de tributos tem aumentado e, mesmo assim, es-

tamos detectando problemas na gestão fiscal, daí a elevada emissão de alertas. Trata-se de uma contribuição do órgão para que a administração pública não perca o controle e consiga se ajustar a tempo, para não sofrer penalidades”, descreve o diretor da Unidade Regional de Bauru do TCE, José Paulo Nardone.

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS

Em Bauru, entre as situações identificadas, está o fato de o município não ter investido na Educação, nos dois primeiros meses do ano, o mínimo de 25% da receita resultante de impostos, algo que já havia ocorrido também no primeiro bimestre de 2021.

Vale lembrar que, no fim do ano passado, a prefeitura acabou comprando 16 imóveis para a Educação, no valor de R\$ 34,8 milhões, para conseguir alcançar o índice exigido por lei. A aquisição acabou se tornando alvo de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) e os vereadores formaram maioria para aprovar o relatório final, que pede à Mesa Diretora da Câmara a instauração de uma Comissão Proces-

sante contra a prefeita Suellen Rosim (leia na página 4).

OUTROS PROBLEMAS

O relatório do TCE aponta ainda que, no primeiro bimestre de 2022, Bauru utilizou menos dos 70% obrigatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para pagamento de profissionais do magistério. Em janeiro, o município também não aplicou na Saúde o mínimo de 15% dos impostos arrecadados.

“Todos estes percentuais, incluindo os da Educação, precisam ser ajustados até o fim do ano, mas é importante considerar de que forma isso está sendo feito, com quais critérios e com qual tipo de planejamento”, avalia Nardone.

Também foi apurado pelo tribunal que, em fevereiro, a despesa corrente do município superou 85% da receita corrente, o que resultou em um alerta para que a administração adote medidas a fim de que este gasto não ultrapasse os 95%, o que é vedado pelo artigo 167 da Constituição Federal. Naquele mês, o índice alcançado foi de 89,59%.



Segundo José Paulo Nardone, do TCE, objetivo do monitoramento é contribuir para que prefeituras façam as adequações a tempo

Além de outros problemas, também em fevereiro, o TCE identificou que o DAE entregou com atraso seu balanço contábil. De acordo com o tribunal, cada situação, em todos os municípios fiscalizados, será melhor analisada quando for elaborado o relatório final das contas anuais do exercício de 2022.

‘PRIORIDADE’

Por meio de nota, a Prefeitura de Bauru informou que os relatórios do TCE fazem parte da rotina e são acompanhados minuciosamente. “Todos os apontamentos são tratados com prioridade e os ajustes necessários são feitos pelo município”, completa o comunicado do Executivo.

549

São as prefeituras paulistas que já receberam ‘sinal amarelo’ do tribunal

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

Seção: Geral Pagina: 5